

**Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia**

Órgão:	Seção Judiciária do Tocantins			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<b>Dimensão 1 – Estrutura e funcionamento da Rede de Governança</b>				
<p>Há alguma participação de atores externos ao Poder Judiciário na formulação da estratégia. Logo, recomenda-se a identificação dos meios para ampliar o envolvimento dos parceiros externos (MP, OAB, Associação de Classe, Defensoria, cidadão etc.), a partir da criação de um canal efetivo de participação que permita a coleta de sugestões sobre como aprimorar a prestação dos serviços da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve tornar o desenho da estratégia mais aderente às necessidades dos operadores do sistema de justiça e usuários dos serviços, o que qualificará as políticas judiciárias definidas.</p>	<p>Foi realizado em 2019 o I Fórum Interinstitucional dos Juizados Federais do Tocantins - FORJEF/TO, com o propósito de promover a aproximação entre o Poder Judiciário e as principais instituições integrantes do sistema de justiça (OAB, INSS, União, Autarquias Federais, Caixa, Correios), para, através do diálogo e da discussão de boas práticas, alcançar a uniformização e otimização de procedimentos, com vista ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais Federais.</p>	100%	Concluído	Nucod
	<p>Parceria com INSS e com a Caixa Econômica Federal para conciliações.</p>	100%	Concluído	Cejud
	<p>Estudo de implantação e utilização de aplicativos, a exemplo do Google forms e software Survey Monkey, para realização de pesquisas junto aos parceiros externos.</p>	não iniciado	dez/19	Cemad / Seinf
<b>Dimensão 2 - Gestão de Pessoas e da informação</b>				
<p>O órgão não utiliza software para gerenciamento de projetos. Logo, recomenda-se a adoção de algum software para gerenciamento de projetos, por exemplo o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para o planejamento e o monitoramento das iniciativas de médio e longo prazo, ou aquelas de alto dispêndio financeiro, especialmente as incluídas no Planejamento Estratégico. A adoção dessa prática deve aprimorar a gestão da estratégia e das iniciativas de alto impacto financeiro, por meio da melhoria do planejamento das ações e dos gastos a elas relacionados, contribuindo para o efetivo monitoramento e a adequada comunicação das medidas realizadas e resultados alcançados, o que deve aumentar o índice de sucesso das ações planejadas.</p>	<p>Atualmente adota o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, somente para a abertura das iniciativas de médio e longo prazo, especialmente as incluídas no Planejamento Estratégico. Passará a adotar o Sei em sua integralidade, com o uso de todos os formulários disponíveis, a partir de treinamentos, com base no Manual de Gerenciamento de Projetos do CJF.</p>	20%	dez/20	Cemad Seder
<p>O órgão realiza algumas ações de capacitação em gerenciamento de processo. Logo, recomenda-se que o órgão continue ampliando suas ações educacionais de modo a capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de processos de trabalho. A adoção dessa prática deve habilitar gestores a implementar ações que visem evitar ou mitigar consequências indesejadas ou potencializar as oportunidades relacionadas aos processos de trabalho, garantindo maior eficiência (uso adequado de recursos); eficácia (realização da tarefa no tempo e com a qualidade desejada) e efetividade (atendimento às necessidades dos clientes).</p>	<p>Priorizar, no âmbito do Plano de Capacitação, para 2020, gerenciamento de processos que inclua a gestão de riscos, a depender dos recursos a serem disponibilizados pelo TRF1 para capacitação.</p>	não iniciado	dez/20	Nucre/Seder
<p>O órgão realiza algumas ações de capacitação em gerenciamento de projetos que inclua gestão de riscos. Logo, recomenda-se que o órgão continue ampliando suas ações educacionais de modo a capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de projetos. A adoção dessa prática deve habilitar gestores a implementar ações que visem evitar ou mitigar consequências indesejadas ou potencializar as oportunidades relacionadas aos projetos, garantindo que um maior número de iniciativas sejam concluídas com êxito (prazo, custo e qualidade esperados).</p>	<p>Priorizar, no âmbito do Plano de Capacitação, para 2020, gerenciamento de projetos que inclua a gestão de riscos, a depender dos recursos a serem disponibilizados pelo TRF1 para capacitação.</p>	não iniciado	dez/20	Nucre/Seder

**Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia**

Órgão:	Seção Judiciária do Tocantins			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<p>O órgão iniciou a implantação do processo judicial em formato digital. Logo, recomenda-se que o órgão mantenha o propósito de implantar o Processo Judicial Eletrônico - PJe, com observância à Resolução CJF n. 202 de 29 de agosto de 2012. A adoção dessa prática deve garantir ganhos de produtividade, transparência dos atos processuais, acessibilidade da informação e redução nos custos operacionais do sistema de justiça, inclusive para o cidadão contribuinte.</p>	<p>Projeto de Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - Pje está sendo tratado no âmbito do Tribunal, com apoio das Seções Judiciárias.</p> <p>Na SJTO o PJe foi implantado em 17/09/2015, somente com a classes mandado de segurança individual e coletivo e ações monitorias. Em 03/04/2017, houve a expansão para todas a demais classes cíveis, na capital e subseções judiciárias, exceto as execuções fiscais, as execuções de título extrajudicial e processos de competência dos juizados especiais federais. Em 09/10/2017 foi expandido para todas as classes de JEF Criminal e TR, e para mandado de segurança criminal e HC, na capital. Em 10/12/2018 foi expandido para todas as classes cíveis e criminais nas subseções judiciárias e todas as classes originárias e recursais cíveis da TR. Em 22/07/2019 foi expandido para os novos processos cíveis de JEF na capital.</p> <p>Ainda está prevista a expansão, em 29/07/2019 para as classes criminais na capital, em 02/09/2019 para as classes criminais nas subseções e em 12/08/2019 para as classes de execuções fiscais e execuções de título extrajudicial na capital e subseções.</p>	85%	dez/19	Nupje/TRF1 Secge/TRF1 Secin/TRF1
<b>Dimensão 3 – Execução da estratégia – melhoria, inovação e controle</b>				
<p>Os gerentes de projetos não possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas. Logo, recomenda-se verificar a conveniência e a oportunidade de destinar função comissionada ou cargo em comissão a serem ocupadas por servidores que atuem como gerentes de projetos nacionais ou regionais. A adoção dessa prática deve atrair servidores com competência e perfil para a função de gestor, por meio da compatibilização entre a remuneração e o nível de responsabilidade atribuído aos gerentes de projetos.</p>	<p>Os gerentes de projeto estratégicos designados são ocupantes de cargos ou funções comissionadas de unidades da estrutura organizacional.</p>	100%	Permanente	Secad Diref
<p>Há intenção da organização de formalizar as atribuições específicas dos gerentes de projetos. Logo, recomenda-se estabelecer, em ato próprio, as atribuições dos gerentes de projetos que devem estar alinhadas às contidas no Manual de Gestão de Projetos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve melhorar a gestão da estratégia, a partir da formalização das competências, o que permite maior clareza quanto aos limites de autonomia desses gerentes, evitando-se conflito com a estrutura funcional da organização.</p>	<p>Elaboração de Portaria visando formalizar as atribuições específicas dos gerentes de projetos, como base em Manual do CJF.</p>	não iniciado	dez/19	Diref Secad Cemad

**Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia**

Órgão:	Seção Judiciária do Tocantins			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<p>O órgão tem a intenção de realizar o gerenciamento de projetos observando metodologia específica. Logo, recomenda-se o gerenciamento de projetos em observância ao Manual de Gestão de Projetos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve permitir maior qualidade do planejamento e da execução de novos serviços ou produtos, com maior previsibilidade das entregas em termos de prazo, custo e qualidade e com a garantia do registro das ações desenvolvidas e das lições aprendidas decorrentes da execução do projeto.</p>	<p>Estudos com vista a implementar o gerenciamento de projetos a partir de metodologia própria - referencial metodológico Manual de Gestão de Projetos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal</p>	<p>não iniciado</p>	<p>dez/20</p>	<p>Cemad</p>
<p>O órgão tem a intenção de elaborar plano de riscos e implementar ações de controles internos para mitigar riscos relacionados à execução dos processos de trabalho críticos. (por exemplo, aqueles relacionados: à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentário; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento, etc.). Logo, recomenda-se a imediata implementação do gerenciamento de riscos em relação aos processos críticos de trabalho. A adoção dessa prática deve favorecer o aumento da satisfação dos usuários dos serviços e o atingimento dos objetivos e metas institucionais, evitando-se desperdício de recursos, a ocorrência de não conformidades (erros, omissões, ilegalidades e descumprimento de prazos) e de retrabalho.</p>	<p>Projeto Implantação da Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região - Executados: Resolução, Manual e Treinamento (TRF1) Em execução: Mapeamento dos processos críticos de trabalho - trabalho iniciado com o processo de compras. A seguir será abordado o processo de folha de pagamento. O processo de planejamento, execução e monitoramento da estratégia já é realizado nas RAEs trimestralmente. Foram realizadas também o repasse das atividades de cogestão, com treinamentos realizados pela área de auditoria com as áreas específicas.</p>	<p>30%</p>	<p>dez/21</p>	<p>Secad Seaud Cemad Nucad Nucre</p>
<p>Há intenção de mapear e publicar os macroprocessos de trabalho. Logo, recomenda-se a identificação e a publicação da cadeia de valor da organização, com a explicitação da sequência lógica em que os macroprocessos de trabalho que delineiam e definem a razão de ser do órgão ocorrem. A adoção dessa prática deve permitir maior clareza da função essencial do órgão, a partir da demonstração dos inter-relacionamentos dos processos vitais da organização, além de se constituir em poderoso instrumento de comunicação organizacional, que possibilita aos colaboradores perceberem sua contribuição para a missão institucional.</p>	<p>As cadeias de valor do TRF1 e das Seções Judiciárias estão publicadas no Portal do TRF1 em <a href="https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/gestao-estrategica/cadeia-de-valor/">https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/gestao-estrategica/cadeia-de-valor/</a> realizada pelo TRF1</p>	<p>100%</p>	<p>Concluído</p>	<p>Secge/TRF1</p>

**Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia**

Órgão:	Seção Judiciária do Tocantins			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<p>O órgão tem a intenção de realizar melhoria nos processos de trabalho a partir de metodologia específica. Logo, recomenda-se a gestão de processos em observância ao referencial metodológico de gerenciamento de processos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve padronizar procedimentos com vistas à análise de fragilidades e riscos nos processos de trabalho críticos, permitindo a eliminação de desconexões no fluxo das rotinas, maior sinergia entre equipes, eliminando retrabalhos ou atividades desnecessárias, o que deve favorecer a redução de tempo e de recursos na execução de atividades e o aumento da produtividade.</p>	<p>Estudos com vista a implementar a gestão de processos a partir de metodologia própria - referencial metodológico de gerenciamento de processos aprovado pelo Conselho da Justiça Federal.</p> <p>Foi iniciado nos processos da área administrativa, com o mapeamento e análise dos processos das áreas de compras e material e patrimônio.</p>	10%	2021	Cemad
<p>A unidade responsável pelo gerenciamento recebe algumas informações sobre o andamento das iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações). Logo, recomenda-se que seja definido o fluxo de informações sobre a situação das iniciativas estratégicas e determinado, em regulamento, prazo para envio dessas informações à unidade que gerencia o portfólio de projetos no órgão. A adoção dessa prática deve favorecer a melhoria da comunicação da estratégia, reduzir atrasos na execução das iniciativas e melhorar a capacidade de avaliação das prioridades organizacionais.</p>	<p>Já realizado pela Cemad, com base no fluxo de informações da Resolução Presi 29/2014. As informações repassadas pelas unidades cumprem os prazos da referida resolução e subsidiam a realização das RAEs e consequentemente a elaboração dos relatórios de execução da estratégia apresentados ao Comitê Regional.</p>	100%	Permanente	Cemad
<b>Dimensão 4 – Monitoramento e avaliação da estratégia</b>				
<p>A organização realiza algum monitoramento em relação a performance de indicadores e metas dos processos de trabalho críticos. Logo, recomenda-se a definição de métricas para avaliar os processos críticos, por exemplo, aqueles relacionados: à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentário; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento etc. A adoção dessa prática deve permitir avaliar a performance operacional da organização, com vistas à melhoria da qualidade da prestação dos serviços finalísticos e daqueles de maior impacto para a sustentação da estratégia.</p>	<p>O monitoramento da estratégia tem sido realizado pelo acompanhamento dos indicadores e metas estratégicos. Através dos resultados encontrados são identificados os processos críticos que merecem atenção prioritária.</p> <p>Os resultados dos indicadores e metas são apresentados aos gestores nas RAEs realizadas trimestralmente.</p> <p>Foi desenvolvido um Plano de Gestão, coincidindo com o mandado do Diretor do Foro, com todas as projetos desenvolvidos no período e os respectivos acompanhamentos.</p>	100%	Permanente	Cemad
<b>Dimensão 5 – Comunicação, relacionamento institucional e transparência</b>				
<p>O órgão tem a intenção de realizar, anualmente, ações de cooperação com outros órgãos, oferecendo ou solicitando apoio técnico/gerencial para resolver de forma sistêmica demandas judiciais. Logo, recomenda-se, sempre que possível, a realização de ações concretas de cooperação, especialmente com órgãos que mantenham alta litigância na Justiça Federal, ou deem suporte à atividade judicante, para promover soluções compartilhadas aos problemas mais crônicos e persistências, impeditivos da melhoria da prestação jurisdicional. A adoção dessa prática deve promover o debate de ideias com vistas a promoção de soluções compartilhadas para os problemas críticos que impedem a melhoria do desempenho dos órgãos da justiça.</p>	<p>Parceria: com INSS para conciliações (Cejud) e Juizado Especial (JEFs), com a Caixa Econômica Federal para conciliações (Cejud).</p> <p>Convênio com concessionária de energia elétrica e de água e esgoto com fins a utilizar o banco de dados daquelas concessionárias nas pesquisas de endereços das partes.</p> <p>Foi realizado em 2019 o I Fórum Interinstitucional dos Juizados Federais do Tocantins - FORJEF/TO, com o propósito de promover a aproximação entre o Poder Judiciário e as principais instituições integrantes do sistema de justiça (OAB, INSS, União, Autarquias Federais, Caixa, Correios), para, através do diálogo e da discussão de boas práticas, alcançar a uniformização e otimização de procedimentos, com vista ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional nos Juizados Especiais Federais.</p>	85%	dez/19	Nucod / Cejud Varas Federais

**Plano de Ação para Alcance da Maturidade na Governança da Estratégia**

Órgão:	Seção Judiciária do Tocantins			
Recomendações do CJF	Ações já implementadas ou propostas	% da Ação já implementada	Prazo previsto (mês/ano)	Unidade responsável
<p>O órgão tem a intenção de promover, ao menos trienalmente, pesquisa de satisfação ou de imagem com os usuários de seus serviços, solicitando sugestões de melhoria. Logo, recomenda-se a realização periódica de pesquisa de satisfação para identificação e tratamento de sugestões, críticas e elogios em relação à prestação dos serviços jurisdicionais. A adoção dessa prática deve permitir a melhoria dos serviços prestados, em consonância com as necessidades dos usuários dos serviços judiciais.</p>	<p>Estudo de implantação e utilização de aplicativos, a exemplo do Google forms e software Survey Monkey, para realização de pesquisas junto aos parceiros externos.</p>	<p>em andamento</p>	<p>dez/19</p>	<p>Cemad Seinf Ascom</p>
<p>O órgão tem a intenção de realizar pesquisa/avaliação interna para saber o quanto servidores e magistrados compreendem a estratégia do órgão. Logo, recomenda-se a realização de pesquisa ou algum procedimento que permita conhecer o quanto os colaboradores compreendem e estão engajados com a execução dos objetivos, metas e projetos estratégicos. A adoção dessa prática deve permitir que a organização ajuste seus planos de comunicação de forma a direcionar ações de divulgação que aumentem o envolvimento dos colaboradores com as estratégias organizacionais.</p>	<p>Estudo de implantação e utilização de aplicativos, a exemplo do Google forms e software Survey Monkey, para realização de pesquisas junto aos servidores e magistrados.</p>	<p>em andamento</p>	<p>dez/19</p>	<p>Cemad Seinf Ascom</p>
<p>O órgão promove algumas atividades com objetivo, ao menos anualmente, realizar encontro com magistrados e servidores para divulgação da estratégia. Logo, recomenda-se a realização de evento anual, de caráter prático, com a participação das lideranças do órgão (presidente, corregedor, diretor da escola de formação de magistrados, diretores de foros, secretários, assessores-chefes e outras autoridades essenciais à gestão da Justiça), com vistas a avaliar situação das metas, projetos e outras iniciativas de impacto na execução da estratégia. A adoção dessa prática deve melhorar a comunicação da estratégia e a divulgação aos gestores da situação de execução das prioridades de gestão, promovendo debate sobre eventuais medidas que devam ser tomadas para garantir uma melhor performance institucional.</p>	<p>Reuniões com Magistrados e Servidores para entrega de premiação do Selo Estratégia em Ação.</p>	<p>100%</p>	<p>Permanente</p>	<p>Sesud/Diref</p>